

Momentos Finais do Governo Goulart nas Páginas dos Periódicos (*Jornal do Brasil, Última Hora e o Estado de S. Paulo*).

Dayane Cristina Guarnieri

Resumo: O estudo vigente visa reconstruir o final do governo Goulart, especificamente o mês de março, por meio da abordagem realizada pela imprensa (*Jornal do Brasil, O Estado de S. Paulo, Última Hora*) dos principais eventos como a expectativa propiciada pelo Comício do dia 13, a reação a este, ou seja, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o estopim do golpe civil-militar a Crise da Marinha. Particularmente procura-se identificar o papel dos periódicos na propagação do discurso golpista, antigolpista, “comunista” e “democrático”. Essas questões gerais norteiam e motivam a pesquisa realizada, assim a junção dos jornais com a literatura do período proporciona a ampliação de olhares, pois além das relações de interesses travadas nesses meios de comunicação encontra-se a contribuição de historiadores de diferentes épocas, que escreveram sobre o mesmo momento histórico.

Para contextualizar o momento pré-golpe civil-militar de 1964, na imprensa considera-se a singularidade desta, principalmente, a partir da década de 1950, em que as palavras de ordem do “novo jornalismo”, eram modernidade, objetividade, imparcialidade, verdade e neutralidade. Neste âmbito percebe-se que a imprensa relega ao ostracismo seu caráter opinativo, ainda vigente, porém negado, em prol de um “jornalismo-verdade ou informativo”. A imprensa em 1960 vive o apogeu do jornalismo político, com atitudes de engajamento por parte da sociedade. A indústria de comunicação de massa era considerada partidária, defendiam interesses ideológicos dos partidos, a imprensa tinha uma concepção missionária. Entre 1950-1960 a imprensa brasileira transforma sua linguagem, e sua imagem frisando que a notícia passa a ocupar mais espaço do que a opinião. (ABREU, 2006, p. 108,109).

Para a investigação da fonte parte-se do pressuposto de que ao analisar as páginas dos periódicos é imprescindível visualizar sua postura parcial que provém do embate das relações sociais que se movimentam em prol de interesses, circunscritos em um determinado momento histórico, em que as relações e o comportamento dos atores eram motivados pelo contexto e idéias vigentes. É fundamental para analisar os vestígios construídos pelos jornais, dos momentos finais do governo democrático em 1964 observar as mudanças que ocorreram na imprensa e a influencia desta nos documentos em análise.

Assim percebe-se um período de intensa disputa política-ideológica que se reflete na ineficácia em dirigir um país em profunda crise econômica. Nos periódicos o embate argumentativo gira em torno das divergências entre o executivo e congresso que paralisa a progressão do exercício da democracia, contudo, é evidente nos periódicos que delinea esse cenário conturbado, que um golpe seria eminentemente deflagrado, em algum momento alguém precisaria sobressair para instaurar a ordem e a ação no caos que se encontrava o país.

Palavras-Chave: Governo Goulart, periódicos Golpe Civil-Militar.

A imprensa de 1961 à 1964, perpassou, por várias fases em relação ao governo Goulart e um assunto sempre constante em seu conteúdo era a ameaça comunista.

Em uma primeira fase, logo após a renúncia do presidente Jânio Quadros (25-8-1961), a maioria dos jornais abriu espaço para os discursos favoráveis à preservação do regime [...] Em seguida, a imprensa apoiou a solução parlamentarista (2-9-1961) e o plebiscito (6-1-1963). Em um terceiro momento quando ocorreu a Revolta dos Sargentos (12-9-1963) a imprensa começou a se distanciar do governo Goulart e a apresentar como solução para a crise política o impeachment do presidente e a sua substituição dentro da legalidade. (ABREU, 2006, p. 108)

Com o Comício do dia 13 de março, de 1964 a “maioria dos jornais retira o apoio a Goulart e muda de discurso, formulando ou acompanhando as orientações dos grupos favoráveis à queda do governo”. (ABREU, 2006, p.108). Intensifica-se as greves, a crise política e econômica, as mobilizações tanto de direita quanto de esquerda compõe o cenário que inicia o ano de 1964, e que “começou num clima político de grandes incertezas, com suspeitas de que Goulart pretendia dar um golpe e assumir poderes ditatoriais, dissolvendo o Congresso. (ABREU, 2006, p.119-121)

O anúncio das reformas ao final do mandato presidencial, atrai a desconfiança dos opositores que insinuavam intenções golpistas, Munteal (2008) ressalta que o contexto nesse exato momento era de Guerra Fria e Revolução Cubana, e as propostas de Governo parecia atingir “simultaneamente interesses interligados e complementares, que afinal teceram as teias do golpe desferido pelo ‘Jogo da Direita’”. “As ações políticas partem de percepções, ainda que sensíveis, aparente, superficiais, ou mesmo irreais, mas depois que o processo é iniciado, torna-se um caminho sem volta”. (MUNTEAL, 2008, p.14-16) Como exemplo dessas percepções pode-se citar a possibilidade da instalação do comunismo, ou de uma república sindicalista, do continuísmo de Goulart, por meio de um golpe e de interferências negativas na acumulação de capital do país.

A intensificação tardia das reformas no governo Jango, impulsionada nos momentos finais de seu mandato, contribui para as acusações de “continuísmo”. O *Jornal do Brasil* pronuncia claramente que o golpe teria início no comício do dia 13 de março, que seria “uma campanha de âmbito nacional, destinada a obter democrática e pacificamente do Congresso a reforma da constituição, permitindo ao Presidente Goulart à reeleição, para que possa executar as reformas”. (*Jornal do Brasil*, 4 mar. 1964. Caderno 1, p.3). O periódico prevê que “Um grupo de elementos do PTB estuda a conveniência de lançar no comício do dia 13, na Central do Brasil seis milhões de votantes com os dizeres JG-65 – ‘Coragem para as reformas’”. (*Jornal do Brasil*, loc cit)

O *JB* aponta a isolamento do presidente e a oposição tanto da direita quanto da esquerda em relação a sua intenção de “golpe”, e contribui para vincular sua imagem com a dos comunistas enfatizando o apoio destes ao presidente. Esse veículo de comunicação prioriza retratar os conflitos que as atitudes presidenciais provocam em um cenário de intenso radicalismo, é evidente em suas páginas a intenção de matizar um presidente isolado, ou seja, ele não conta nem ao menos com o apoio de seus correligionários. Como exemplo, cita-se a manchete do dia 8 e 9 de março, “Continuísmo preocupa as esquerdas” (*Jornal do Brasil*, 8-9 mar. 1964. Caderno 1, p. 1.) que acusa Jango de criar um ambiente propício para proliferação de inquietações sociais, com propósitos ditatoriais:

Em linhas gerais nessa primeira metade do mês o *Jornal do Brasil* observa, que o governo Goulart se constitui em um fracasso, cuja culpa consiste quase, exclusivamente, nas atitudes do Executivo, que ilude a população com falsas promessas: “A origem é simples: é impossível ao mesmo tempo preconizar o compromisso e agitar as ruas e os campos com expectativas inatingíveis a curto prazo. (*Jornal do Brasil*, 10 março. 1964. Caderno 1, p. 5.)

O periódico *Última Hora*, no momento averiguado exerce forte influência sob opinião da sociedade além de gozar de uma ampla popularidade, principalmente, nos setores urbanos,

apesar de possuir estabilidade financeira durante o Governo Jango, ele sofre intensa pressão por parte da imprensa que almejam a derrubada deste. Nessa primeira quinzena do mês de março, a *UH* retrata uma sucessão de providências anunciadas pelo governo federal e posteriormente a concretização destas, o que visava demonstrar o dinamismo do governo. Entre as medidas propaladas nas manchetes estão as de que “Govêrno vai rever já o Código de Vencimentos” (*Última Hora*, 4 mar. 1964. Caderno 1, p. 2) , “Servidores da União: - A paridade com os militares é questão fechada”(*Última Hora*, 6 mar.1964. Caderno 1, p. 1.) e “CNE Aprova Decreto da Supra Para Desapropriar as Terras”. (*Última Hora*, 7 mar. 1964. Caderno 1, p. 2)

O *JB* apresentava as propostas governamentais, acompanhadas de críticas que intui revelar seu caráter inútil e demagógico para o momento vigente. Ao contrário do *UH* que apresenta as propostas e as medidas presidenciais com expectativa, e resultados que visariam benefícios para a Nação e para as camadas populares como, por exemplo a concretização do tabelamento dos aluguéis que “por determinação do Ministro Abelardo Jurema, os fiscais prenderão em flagrante os comerciantes inescrupulosos, que serão processados pela Lei de Economia Popular” (*Última Hora*, 9 mar. 1964. Caderno 1, p. 2.)

Os jornalistas do *Última Hora* possuíam uma postura de apoio as reformas de base como demonstra Octávio Malta, “A hora é de afirmação das reformas. E as reformas estão intimamente ligadas ao processo de independência nacional. [...] A partir do dia 13 espera-se que o govêrno do Estado brasileiro possa representar um papel econômico independente” (MALTA, Octávio. *Reformas e Independência. Última Hora*. Rio de Janeiro, 7 março. 1964. Caderno 1, p. 4.)

Também a coluna da *UH*, Retrato sem Retoque, escrita por Adalgisa Nery sob o enunciado “Comício e Ordem Democrática” diz: “Farão tudo para que a ordem do povo seja conturbada e o IBAD esta ai para ajudá-los”. (NERY, Adalgisa. *Comício e Ordem Democrática. Última Hora*. Rio de Janeiro, 11 março. 1964. Caderno 1, p. 4)

O Comício significava o início das realizações de um projeto anunciado por Goulart, desde sua passagem pelo Ministério do Trabalho, as reformas de base eram “um dos principais temas a polarizar o debate político nos anos 1960, consistiam num programa amplo, cuja ambição era reformar diversos setores da vida nacional” (MOTTA, 2006, p.117)

No discurso de Goulart no dia 13, visualiza-se a sua postura favorável em alterar a Constituição vigente: “Essa Constituição é antiquada, porque legaliza uma estrutura sócio-econômica já superada, injusta e desumana, o povo quer que se amplie à democracia e que se ponha fim aos privilégios de uma minoria”. (*Última Hora*, 7 março. 1964. Caderno 1,p. 4)

Ao indagar as falhas e as injustiças contidas na Constituição Jango enfrenta inúmeros ataques da oposição, que se considera a defensora da democracia contra as “ilegalidades” do presidente. Antes do comício o *JB* difunde a suspeita de que Goulart daria um golpe de Estado nesta ocasião e transgrediria a constituição ao candidatar-se à reeleição.

Nesse dia, Goulart anunciou o decreto da encampação das refinarias particulares, o tabelamento dos aluguéis dos imóveis desocupados e a desapropriação de terras valorizadas pelos investimentos públicos. Bandeira (2001) argumenta que os decretos, assim como, as pretensas reformas não visavam ao socialismo, elas eram reformas de cunho democrático que tinham o objetivo de mudar os alicerces do capitalismo brasileiro, e reorientá-lo para uma independência de auto-sustentação. A reforma agrária, por exemplo, viabiliza a ampliação do mercado interno, e por conseqüência desenvolveria o parque industrial do Brasil. (BANDEIRA, 2004, p.164)

No dia 15 de março de 1964, Goulart enviará hoje ao Congresso Nacional uma mensagem em que pede a reforma da Constituição para “suprimir a indenização prévia e em dinheiro na desapropriação [...] para permitir o voto do analfabeto, a elegibilidade dos sargentos, a legalização do Partido Comunista; e para autorizar Executivo e legislativo a

convocarem plebiscito para determinar reformas constitucionais”. (*Última Hora*, 15-16 março. 1964. Caderno 1, p. 1.) Na opinião de Gomes e Ferreira (2007), essas propostas, mais do que as pronunciadas no comício, assustavam mais os conservadores como delegação de poderes do legislativo ao executivo, um plebiscito para que o povo se manifestasse sobre as reformas de base e, sobretudo, a alteração da Constituição no item sobre inelegibilidade. (GOMES e FERREIRA, 2007, p. 192).

As propostas que realmente ameaçavam a classe dirigente (entendida como empresários com vínculos estrangeiros, latifundiários, o capital estrangeiro e os que dependiam economicamente dessas classes), emerge dos discursos e torna-se palpável e passível de concretização, por meio da mensagem enviada ao congresso. Assim, os personagens que discordam dessa política de reforma ou “falsas reformas”, também começam a atuar, porém, no sentido oposto ao Governo.

O *JB* retrata que após a realização do comício o Presidente Jango havia definido sua postura, representada pela aliança com a esquerda, com o radicalismo e com a “ilegalidade”. A postura do *Estadão* reitera a ilegalidade apregoada pelo *Jornal do Brasil*, a respeito dos atos do governo Federal, observa-se que ambos apesar de possuírem convicções “liberais” excluem a participação popular como forma de democracia. Está entendida por estes nas circunstâncias vigentes como radicalismo, agitação e caos.

Comumente o colunista do *Última Hora* Octávio Malta discorre sobre a disputa política que se traduz no impasse entre Executivo e Congresso, “No comando da luta pela renovação pacífica da sociedade brasileira, Jango deve merecer do Congresso plena e efetiva confiança a menos que o Congresso prefira que se faça tal renovação pela violência”. (MALTA, Octávio. Hora de decisão para o progresso. *Última Hora*, 18 março. 1964. Caderno 1, p.4.)

Em contraposição *JB* e o *Estadão* retratam as vozes dos líderes da UDN Pedro Aleixo, Adauto Lúcio Cardoso e Bilac Pinto que pretendem desenvolver o “trabalho de arregimentação nas áreas militares para obter base capaz de sustentar a decretação do impeachment do Presidente João Goulart”. O PSD declara temor “com o encaminhamento que o Sr. João Goulart vem imprimindo ao Governo e acreditam que o processo político de radicalização ganhou novo impulso a partir do comício de sexta-feira e da assinatura”. (*Jornal do Brasil*, 15-16 março. 1964. Caderno 1, p. 4.)

Logo após o comício a manchete do *Última Hora* escreve: “Presidente Goulart: – A constituição Deve Ser Revista, Foi o maior comício da História do Brasil, O povo com Jango começa a reforma”, Jango afirmou que “Democracia é precisamente isto: o povo livre para manifestar-se na praça pública apesar da campanha de terror ideológico e de sabotagem organizada pela reação”. (*Última Hora*, 14 mar. 1964. Caderno 1, p. 1)

Após o dia 13 as medidas que Jango proclama no palanque precisam passar pelo Congresso. Inicia-se, portanto, uma nova fase quando Goulart envia a mensagem do dia 14 de março ao Congresso para a efetivação das reformas. Esse cenário será explorado pela imprensa que intensifica as acusações ao Presidente, ou seja, a sua permanência no governo aparentava-se como realidade possível.

Ao declarar sua postura, Jango sofrerá intensos ataques da oposição dentro do Congresso, dos militares, das classes médias, de órgãos internacionais e da imprensa. Ao propor o plebiscito para realizar as reformas, Goulart ameaça, intencionalmente ou não, o poder do Congresso, pois o que ele exigia, era que o povo deveria decidir sobre as reformas, e o Presidente mediante vontade deste as executariam. Nessa conjuntura o poder do Congresso torna-se nulo. A partir, desse apontamento observa-se quão ameaçada a elite dirigente se sentia ao se deparar com a possibilidade da concretização de uma democracia plebiscitária.

Apesar, de João Goulart não lançar sua reeleição, e frustrar a expectativa presente nos editoriais do *Jornal do Brasil*, após o comício este continua a disseminar o discurso

antigolpista, anticomunistas, e legalista, de luta pela preservação da democracia e da constituição, contra as tendências autoritárias do governo federal.

O Estado de S. Paulo ao contrário do *JB* que inicialmente apóia a posse de Goulart e posteriormente, muda de postura, declarou-se contra a posse de Goulart desde o início e a manteve até a deposição. (ABREU, op. cit., p. 126) A hipótese para essa decisão é a herança getulista de Jango, suposto herdeiro de Vargas inimigo do impresso, principalmente, após o Estado Novo, ou sua imagem considerada “trabalhista” e nacionalista que contrariavam os interesses do periódico e de seus patrocinadores.

A análise do *Estadão* detém-se na pesquisa vigente a partir da reação do comício da sexta-feira treze e de seus eventuais propósitos. O periódico destaca que Goulart sabe que o “congresso recusará qualquer emenda constitucional que propor” e por isso visa impor a este uma “reforma ‘de fora para dentro’”. (*O Estado de S. Paulo*, 17 mar. 1964. Caderno 1, p. 3).

Goulart realizava negociações com as alas de esquerda do PSD e da UDN, respectivamente, os agressivos e a bossa-nova sobre a realização das reformas e do plebiscito, frente à previsível negação do Congresso com a maioria conservadora. Simultaneamente, Jango se preocupava com as preparações para “um grande ato público marcado para o dia 19” (VILLA, 2004, p. 183-184).

Na abordagem de Villa (2004), a marcha representa “a primeira grande manifestação de massa” obtida pelos opositores do governo com a participação de mais de 500 mil pessoas. O êxito da passeada paulista contribui para marcar mais quatro marchas para abril. (VILLA, 2004, p. 186). Com a saída do Ministro da Guerra Jair Dantas Ribeiro a crise do governo estava instalada e a conspiração intensifica-se. Goulart confiou “no sentimento legalista da maioria da oficialidade”, contudo “o sentimento anticomunista se tornara mais forte que o sentimento legalista, mercê de intensa doutrinação, orientada pelo Pentágono, com base nas concepções de inimigo interno, da guerra contra revolucionária” (BANDEIRA, 2004, p. 167)

O Estado de S. Paulo explicita a passeata luta para “impedir a qualquer custo novos atentados contra a Constituição, o regime e as instituições” (*O Estado de S. Paulo*, 17 mar. 1964. Caderno 1, p. 17). O *JB* ratifica esse discurso em sua primeira página “Passeata de 500 mil em São Paulo defende o regime”. O *UH* que relata um ponto de vista adverso sobre o fato diz: “Dirigindo-se à multidão que, num movimento de fé cristã, saiu, ontem, às ruas de São Paulo, Sr. Plínio Salgado prêgou a revolução do povo contra as reformas, no que foi secundado por outros líderes da reação e do fascismo”. (*Última Hora*. 20 mar. 1964. Caderno 1, p. 1.)

Entre os três periódicos em questão, o que mais destaca a passeata é *O Estado de S. Paulo*, não apenas no dia do evento, mas rememorando o seu significado, antigolpista e do anseio cívico pela preservação da ordem e da constituição em detrimento do continuísmo de Jango e da “comunização” do Brasil. Ele publica um apelo assinado por todas as entidades que participaram da Marcha da Família com Deus pela Liberdade:

O povo paulista [...] dirige caloroso e patriótico apelo à convenção Nacional do Partido Social Democrático para que tome posição [...] contra a maléfica influencia de esquerdas á serviço de ideologias incompatíveis com os sentimentos brasileiros, dizendo basta a subversão, as tendências estatizantes do Governo atual e a entrega de postos chaves da administração aos agentes declarados ou não do imperialismo soviético. Este é o pensamento de São Paulo. (*O Estado de S. Paulo*, 21 mar. 1964. Caderno 1, p. 3.)

O *JB*, assim como o *Estadão* compartilham e difundem pressupostos que intuem denunciar o governo federal como antidemocrático e antilegalista. O primeiro afirma que em todo o Brasil existe uma batalha em prol da democracia, premissa ilustrada no editorial “Linha democrática”: “A linha de defesa democrática se reforça em todos os flancos. Só está fechada a porta do golpe e do continuísmo nas áreas democráticas, nas áreas propulsoras do

desenvolvimento, com os pronunciamentos de Minas Gerais, após os de São Paulo”. (*Jornal do Brasil*, 23 mar. 1964.editorial, Caderno 1, p. 6).

O *Estadão*, evidência a pretensão de Goulart em dispor o povo contra o Parlamento e criar um clima de posições radicalizadas. O periódico acusa que com o esfriamento do comício Jango pretende criar novos focos de agitação. Pensamento que confirma-se na manchete do dia 20 de março de 1964, “Goulart deseja, mas não tem força para fechar o Congresso” A posição do Legislativo é irredutível e declarou que o “Congresso não vai votar nenhuma emenda constitucional, pois não temos a mínima confiança no cidadão que governa (ou desgoverna) o País.” (*O Estado de S. Paulo*, 20 mar. 1964. Caderno 1, p. 4)

O clima de polarização é notório no ambiente político, de um lado intensifica as pressões com a promessa de que irá assinar em abril “o decreto de nacionalização das emprêsas estrangeiras impressão de livros”. Do outro lado “a liderança da UDN manteve contatos com setores do PSD para sustentar o dispositivo de luta em defesa das instituições, esperando-se a formação, [...] da Frente de Defesa da Constituição” (*Jornal do Brasil*, 24 mar. 1964. Caderno 1, p. 1).

O *Estadão*, além de reafirmar a cada nova publicação, que a “Marcha” representa a defesa da Constituição e do Congresso ressalta a seu caráter nacional, ao retratar manifestações semelhantes que ocorriam em diversas regiões do Brasil como no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Recife, Santos e Paraná. Apesar de conseguir mobilizar grande parte da população a passeata não significou algo totalmente digno da intervenção militar. Bandeira (2001) comenta que Castello Branco hesitava em derrubar um governo legal sem uma cobertura política que justificasse a intervenção e o total apoio das Forças Armadas, no entanto, a crise na marinha seria o motivo ideal que movimentaria a reação das Forças Armadas contra o presidente. (BANDEIRA, 2004, p.167)

“Nesse momento, não existia pretexto mais convincente para encobrir a quebra da hierarquia e o atentado à Constituição do que a defesa da hierarquia e o respeito à Constituição”. Esse era o momento exato para que os opositores do governo, tanto os brasileiros quanto os norte-americanos, depusessem João Goulart respaldados no pretexto da necessidade em preservar a democracia e a ordem. (BANDEIRA, 2004, p.169).

Depois da Marcha o assunto que circula no *JB*, é a intenção de Jango de se reeleger com o apoio sindical e popular em 1965 e na *UH* multiplicam-se comentários sobre o curso do golpe conservador, com a intenção de impedir as reformas de base e emudecer as camadas populares. Dentre os inúmeros personagens que atuam na cena política pode-se citar algumas vozes como a do governador de Minas Gerais Magalhães Pinto que se opõe contra o atual governo e matiza o clima golpista ao dizer que, “sem desconhecemos a existência de transformações revolucionárias em curso, resultantes das transformações de consciência do nosso povo afirmamos que a revolução comandada de cima não é outra coisa senão o golpe de Estado”.(*Jornal do Brasil*, 21 mar. 1964. Caderno 1, p. 1). Leonel Brizola também observa com clareza o que aconteceria ao país “admitiu que conforme o rumo dos acontecimentos, o Presidente João Goulart poderá não chegar ao término de seu mandato.” (BRANCO, Carlo Castello. Agitação atingirá quartéis. *Jornal do Brasil*, 21 mar. 1964. Caderno1, p. 4) .

Em um cenário, de conspirações, lutas ideológicas, surge um fato que verdadeiramente, radicalizaria a situação de conflito do país e cria condições para a intervenção militar, a revolta dos marinheiros. Segundo a *Última Hora* “3.000 marujos, cabos e sargentos da Marinha, reunidos para comemorar o 2º aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais recusaram-se a obedecer à ordem de prisão contra alguns de seus líderes, determinada pelo Ministro Sílvio Mota”. (*Última Hora*. 27 mar. 1964. Caderno 1, p. 2).

O “Ministro Silvo Mota [...] alegando que não contava com o apoio do Govêrno, resistiu à pressão dos colegas e manteve o pedido de demissão”. No editorial chamado, A

semente da discórdia, o *JB* diz: “Quando o Presidente da República se omite e se exclui do cenário da crise, [...] é imperioso que dirijamos nossas expectativas para os setores não contaminados da Forças Armadas. Para o Exército, principalmente, até aqui imune à vaga subversiva”. (Semente da discórdia. *Jornal do Brasil*, 27 mar. 1964.editorial, Caderno 1, p. 6).

Sobre esse episódio o *Última Hora*, identifica o aspecto positivo da Crise da Marinha e proclama que “embora a subversão tenha já envolvido praticamente certos setores das Forças Armadas, impõe-se, por isso mesmo mais concreta, mais nitidamente, o caminho das soluções pacíficas”. (Opinião “UH”. A crise. *Última Hora*. 27 mar. 1964. Caderno 1, p. 4)

O *Estado de S. Paulo* noticia que a Crise da Marinha é “conseqüência da rebelião de Brasília, eclodindo desta feita com maior intensidade depois do comício do dia 13” (*O Estado de S. Paulo*, 28 mar. 1964. Caderno 1, p. 1). A abordagem deste periódico nos dias seguintes é propalar as vozes de oficiais e almirantes que destoam das ações do governo federal, cujos, princípios da hierarquia e da disciplina, Goulart não se preocupou em resguardar, além de optar pela impunidade aos marinheiros. O periódico pronuncia a crise de autoridade: “Uma das preocupações essenciais, neste momento de ameaças da submersão do país na anarquia deve ser a salvaguarda do Congresso Nacional. Quanto ao poder Executivo, já não sabemos como se poderá, pelo menos de imediato, reabilitá-lo pelos meios normais”. (*O Estado de S. Paulo*, 28 mar. 1964. Caderno 1, p. 3).

Com a sublevação da marinha e a omissão do presidente em exercer uma punição exemplar, intensificaram-se as acusações sobre o perigo de um governo que apoiava a subversão, além de menosprezava a disciplina e a hierarquia militar. , o quadro de crise que se inicia em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros e a tentativa de impedir a posse do vice-presidente Goulart, tem seu último ato sob o regime democrático com o pronunciamento de Goulart no Automóvel do Clube que afirmou que “não admitira que a desordem seja promovida em nome da ordem” (*Última Hora*. 28 mar. 1964. Caderno1, p. 1).

Desde o dia 30 de março a “polícia-militar de Minas na Capital e, no interior, em regime de rigorosa prontidão [...], que contam com um efetivo de mais de vinte mil homens, acham-se vigilantes nas diversas regiões do Estado”. (*O Estado de S. Paulo*, 31 mar. 1964. Caderno 1, p. 31) No dia 31 de março de 1964, General Olímpio Mourão Filho declara que a “mais de dois anos os inimigos da ordem e da democracia escudados na impunidade que lhes assegura o Chefe do poder Executivo vêm desrespeitando as instituições”. (*Jornal do Brasil*, 28 mar. 1964. Caderno 1, p. 1) O governador de Minas Gerais Magalhães Pinto conclama o povo a se posicionar contra o Governo Federal para garantir “a legalidade ameaçada pelo Presidente da República”: “Brasileiros foram inúteis tôdas as advertências que temos feito ao país, contra a radicalização de posições e de atitudes contra a diluição do princípio federativo”. (*Última Hora*. 1 abr. 1964. Caderno 1, p. 2)

No dia 31 quando as tropas de Minas Gerais se sublevaram. “O comandante da IV Região Militar, General Olympio Mourão Filho, declarou rebelião contra o Gôverno Federal” juntamente com o “Comandante da Infantaria Divisionária da 4ª Região Militar General Carlos Luís Guedes” (*Última Hora*. 1 abr. 1964. Caderno 1, p. 1.)

No editorial do *JB*, do dia 1 de abril, intitulado “Fora da Lei” anuncia que “Desde ontem se instalou no País a verdadeira Legalidade: aquela que através de armas do movimento mineiro e paulista, procura imediatamente restabelecer a legalidade” (Fora da Lei. *Jornal do Brasil*, 1 abr. 1964. Caderno 1, p. 6). Nesse mesmo dia o *UH* continua a publicar visões otimistas do presidente “o golpe do Estado sempre repudiado pelos sentimentos democráticos do povo brasileiro e pelo espírito legalista das Forças Armadas está condenado” (*Última Hora*. 1 abr. 1964. Caderno 1, p. 1.)

De acordo com a abordagem de Abreu (2006) o que uniu imprensa, militares, igreja, classe média, empresários rurais e urbanos e diferentes setores da sociedade para depor Jango foi o comunismo. Ela enfatiza que a imprensa apoiou o golpe com o intuito de restituir a

ordem e colocar fim ao perigo vermelho. (ABREU, p.126, 127) Fatores que realmente poderiam acabar com a “democracia”, tão propalada nos periódicos no final do governo.

Iminente, sem dúvida era o golpe de Estado. O malogro da comemoração no Automóvel Clube evidenciava que os oficiais não só controlavam suas tropas como se colocavam contra o governo. Mesmo diversos dos que eram legalistas já se haviam inclinado para o golpe de Estado por causa da queda de disciplina nas Forças Armadas. Poucos foram os sargentos que a ela compareceram. A maioria não obteve licença de suas unidades e teve de permanecer de serviço nos quartéis, sobretudo, na Vila Militar do Rio de Janeiro. (BANDEIRA, 2004, p. 175)

“Após esse acontecimento Goulart, o CGT e as forças de esquerda perceberam a profundidade da crise política e militar em que o país se encontrava” (GOMES; FERREIRA, 2007, p.193). E no dia 31 o *Jornal do Brasil* pregava sua deposição. E a *Última Hora* expõe sua opinião sobre os motivos da deposição do presidente:

De onde vem o dinheiro para a guerra civil, senão dos cofres que encheram com as sobras das remessas ilícitas dos lucros extraordinários e do faturamento fictício? A crise que aí está que pode transformar-se em guerra civil não decorre da “indisciplina” dos marinheiros e fuzileiros navais por causa de meia dúzia de reivindicações simples e humanas. A crise é por causa da liberdade, que os espoliadores de vários setores tinham, de furtar no preço dos gêneros alimentícios, nos aluguéis e no faturamento fictícios e no faturamento e nas remessas de lucros para o exterior. (Opinião “UH”. Discurso Histórico. *Última Hora*. 1 abr. 1964. Caderno 1, p. 4)

Na concepção de Gomes e Ferreira (2007) Jango junto com seus ministros pretendiam barrar Mourão e depor Magalhães Pinto, porém para San Tiago Dantas a rebelião de Minas contava com o apoio do Departamento de Estado norte-americano, assim “Jango recuou” para impedir “uma guerra civil com intervenção estrangeira”. Simultaneamente o CGT anuncia uma greve geral, que paralisa os transportes urbanos e impede que a população se locomova para apoiar o governo. (GOMES; FERREIRA, 2007, p.193)

O I Exército caiu sem lutar, e muitos aderiram à sublevação, os generais conspiradores neutralizaram todas as reações do governo e dos nacionalistas. Goulart não tinha condições de resistir sem levar o país a uma guerra civil e conseqüentemente a uma intervenção estadunidense. (BANDEIRA, 2004, p. 175)

Passava da meia da meia noite quando Jango foi informado de que o Regimento Sampaio aderira aos revoltosos comandados pelo general Mourão Filho. [...] Para o presidente e os próximos, era desconcertante verificar como uma pequena tropa, mal armada e municada, liderada por um general sem grande prestígio, tinha arregimentado, em menos de 24 horas, a maioria da oficialidade do Exército. A rapidez, obviamente, era sintoma de algo bem mais profundo e difícil de desarticular. (GOMES; FERREIRA, 2007, p.193)

Ao findar das conspirações e com a implantação da ditadura, as “representações de esquerda, trabalhistas, socialistas ou simplesmente nacionalistas (PCB era ilegal desde 1947), desaparecem pelos atos de arbítrio, o Congresso continuou a funcionar, com a UDN e os demais partidos conservadores”. (BANDEIRA, 2004, p.186,187)

Nesse quadro nacional não se pode esquecer de avaliar o contexto internacional que dividia o mundo em zonas de influências, capitalistas e socialistas. BANDEIRA (2003) expõe que a política do governo Kennedy “não era apenas contra Cuba, mas contra qualquer revolução social que viesse a ocorrer no continente”, portanto de acordo com a CIA o que se temia no Brasil não era o comunismo, mas um autoritarismo-ultranacionalista. (BANDEIRA, 2003, p.377, 378)

Os obstáculos para governar o país nas conjunturas exibidas ilustram as acirradas disputas políticas, que se traduzem na dificuldade de Goulart em tomar posse e posteriormente de governar sob a égide do parlamentarismo instituído para minorar o poder executivo. Essa agitação entre os políticos concebe um ambiente que dificulta a implementação de reformas. Assim durante o presidencialismo, pois as divergências entre o

executivo e o congresso paralisa a progressão do exercício de medidas necessárias para o país, contudo, é evidente nos periódicos que delineia-se um cenário conturbado no qual golpe de estado seria eminentemente deflagrado, em algum momento surgiria um poder forte para instaurar a ordem no caos que se encontrava o país.

Concorda-se com a abordagem de Santos (1986), na sua explicação de que o golpe civil-militar “resultou de um estado de imobilismo político”. O impasse surge com a radicalização dos atores que atrapalha o funcionamento da máquina governamental ele classifica essa crise de “paralisia decisória”. (SANTOS, 1986, p.22) A partir de 1960, o sistema partidário convencional se transforma em um sistema partidário polarizado, no qual “todos os partidos, ou as facções dentro dos partidos, radicalizaram suas posições políticas, ou seja, atores incapazes de apoiarem um programa de governo consistente” (SANTOS, 1986, p.28).

Na busca da reconstrução das versões dos episódios que marcam a interrupção do governo democrático, nas páginas do *Jornal do Brasil*, *Última Hora*, *O Estado de S. Paulo* e de bibliografias que remetem ao Governo Goulart ou ao personagem João Goulart, nota-se que a mesma polarização que existia na sociedade e na política reflete-se na imprensa. O *JB* e o *Estadão* adeptos do liberalismo e favoráveis ao capital estrangeiro observam com desconfiança atitudes nacionalistas/reformistas interpretadas e disseminadas como comunistas. O Comício do dia 13 é emblemático ao anunciar que realmente o Executivo estava disposto demonstrar que seria capaz de transpor a esfera do discurso e agir, essa possibilidade de ação traduzida na assinatura dos decretos e, principalmente, na mensagem enviada ao congresso no dia 15 de março, com propostas que visavam permissão para execuções e dentre elas os plebiscitos para ratificar a postura obstinada do governo, em prosseguir com as reformas estruturais. Se com uma política conciliatória João Goulart era visto como um empecilho, por sua postura favorável a negociação com sindicatos e outras instituições de esquerda. Após comício, as atitudes de Jango apresentam-se como uma real ameaça capaz de possibilitar a concretização de um regime “plebiscitário”, ou popular, no qual a presença do congresso é dispensável.

Nesse momento, o *JB* e o *Estadão* interpretam que Goulart optou pela “esquerdização” do governo, desistindo de administrar sob a égide da legalidade. Com a finalidade de outorgar a si mesmo, poderes ilimitados. E para alcançar esse objetivo usaria como estratégia a manipulação da sociedade, provocando sublevações para emergir como o único poder forte em um país que clama por um líder. Outra imagem atribuída a Jango era as suas tendências comunistas, salientadas nos episódios de invasões de terra e discussões sobre a reforma agrária, propostas de cunho nacionalista, além da sua ligação como o Partido Comunistas. Em suma, ambos insistem sistematicamente nesses discursos, contudo, o *Última Hora*, que nasce para favorecer Getúlio Vargas, permanece ao lado de seu “herdeiro”, João Goulart. Os seus colunistas escreviam abertamente e com fervor seus pensamentos políticos que convergiam com as propostas do governo federal. Portanto, refutavam todas as consideradas falsas acusações que recaiam sob o Presidente ao evidenciar as intenções dos acusadores que temiam perder seus privilégios proporcionados por uma constituição decrépita e por uma oposição cujos interesses não eram o desenvolvimento independente do Brasil.

Esse momento de efervescência política cultural e reformista, não era o objetivo dos interesses transnacionais e da elite nacional que possuíam o trunfo de uma Doutrina de Segurança Nacional impregnada em segmentos militares, que com uma longa tradição histórica de intervenções salvacionistas, nesse âmbito de disputas por interesses e com um contexto que favorecia a manutenção da ordem as reivindicações e reformas sociais silenciam-se em prol de resguardar valores como a constituição e a legalidade, estes justificam o fim da “democracia” e dos direitos dos cidadãos com o golpe civil-militar em 31 de março de 1964.

Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Abreu de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In:

FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BANDEIRA Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 7. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

_____. *Conflitos e integração na América do Sul. Brasil, Argentina e Estados Unidos. Da Tríplice aliança ao Mercosul 1870-2003*. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p.349-473.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa, Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: contexto, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. A reforma do Jornal do Brasil. In: ABREU et al. *A imprensa em transição*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 141-155.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

GOMES, Angela de Castro. Memória em disputa: Jango ministro do Trabalho ou dos Trabalhadores. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 46-45.

LUCA, Tânia Regina de. *Historia dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

MELO, Hildete; BASTOS, Carlos; ARAÚJO, Victor. *A política macroeconômica e o reformismo social: impasses de um governo sitiado*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.79-104.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o Golpe de 1964 na Caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MUNTEAL, Oswaldo. *As reformas de base na era Jango*. Tese (Pós-Doutorado em Administração Publica) - Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.

MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jaqueline; FREIXO, Adriano de. *O Brasil de João Goulart: um projeto de Nação*. Rio de Janeiro: PUC, Contraponto, 2006.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco (1930-1964)*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SODRÈ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1966.

TOLEDO, Caio Navarro Junior. *O Governo Goulart e o Golpe 64*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

VILLA, Marco Antonio. *Jango um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004.

WAINER, Samuel. *Minha Razão de Viver: memórias de um repórter*. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

Fonte Hemerográficas

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, mar. 1964. Caderno 1, p. 1-8 (noticiários, manchetes artigos e editoriais)

O Estado de S. Paulo, São Paulo, 15-31 mar. 1964. Caderno 1. (noticiários e manchetes) pesquisado na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Última Hora, Rio de Janeiro, mar. 1964. Caderno 1, p. 1-8. (noticiários, manchetes artigos e editoriais)